

RELATÓRIO E CONTAS

2022



RELATÓRIO DE GESTÃO

Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos
Municipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de
Barcelos



17

I.	INTRODUÇÃO	1
a.	A Concessão	1
b.	Atividades desenvolvidas em 2022	3
II.	ATIVIDADE	4
a.	Serviço de Abastecimento de Água	5
i.	Consumos de Água faturados	5
ii.	Balanço da Água	6
iii.	Qualidade da Água	7
b.	Serviço de Saneamento	8
i.	Balanço do Saneamento	9
ii.	Qualidade da água residual	10
c.	Intervenções operacionais	10
d.	Serviço ao cliente	11
e.	Faturação e cobrança	11
F.	Educação Ambiental	13
III.	INVESTIMENTO	14
IV.	RECURSOS HUMANOS	15
V.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	16
VI.	PERSPETIVAS E OBJETIVOS	18
VII.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	19
VIII.	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	19
IX.	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	21
X.	BALANÇO	22
XI.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	23
XII.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	24
XIII.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	25
XIV.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
XV.	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	63
XVI.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	64



ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral:

Presidente da Mesa: António Manuel Silva Arribança,

Secretário da Mesa: António José Barbosa de Magalhães

Conselho de Administração:

Presidente – José Eduardo Medina de Moraes Barbot,

Vogal – Luís Manuel Faria de Freitas Vasconcellos,

Vogal – Gaspar Barbosa Borges.

Fiscal Único:

Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por António Manuel Martins Amaral;

Suplente: João Carlos Henriques Gomes Ferreira.



Adb – Águas de Barcelos, S.A.

CAE: 36002 – Distribuição de Água

SENHORES ACIONISTAS

No cumprimento das disposições legais e estatutárias da empresa, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas da Adb – Águas de Barcelos, S.A. relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



I. INTRODUÇÃO

a. A Concessão

O Município de Barcelos tem 378.9 km², uma população de 116.777 habitantes (Censos 2021) e uma forte atividade económica, em que se destaca o setor têxtil.

Em 2003 a Câmara Municipal de Barcelos lançou um Concurso Público Internacional para concessionar a exploração e gestão os serviços públicos de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais do Concelho.

Constituída em 25 de Maio de 2004, a “ADB – Águas de Barcelos, S.A.” foi a entidade vencedora do Concurso, tendo apresentado a proposta economicamente mais vantajosa e um plano de investimento de cerca de 82 milhões de euros, que visava a construção de redes de água e saneamento para cumprir as metas traçadas pelo Município Concedente.

A 27 de setembro de 2004 ocorreu a assinatura do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais do Município de Barcelos, entre a Edilidade e a ADB – Águas de Barcelos, S.A. que, em 24 de janeiro de 2005, iniciou a sua atividade

A Concessão, com uma duração de trinta anos e exclusividade territorial no Município de Barcelos, tem como objeto:

- a. A Exploração e Gestão do Sistema de Abastecimento de Água para consumo público;
- b. A Exploração e Gestão do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais;
- c. A concretização do Plano de Investimentos proposto.

Assim, a Concessionária opera o sistema de distribuição do Município de Barcelos, adquirindo a água à AdN – Águas do Norte, SA. Já no que respeita ao sistema de águas residuais, assume a operação verticalizada das infraestruturas, sendo assim responsável pela recolha, drenagem, tratamento e devolução ao meio hídrico dos efluentes produzidos em Barcelos.

As obras do Plano de Investimento associado ao contrato de concessão iniciaram-se no primeiro trimestre de 2005, sendo que até final de 2009 foram executados 940km de redes de água e saneamento e mais de 23.000 ramais domiciliários que, permitindo prestar serviços a mais barcelenses, asseguraram a desativação de inúmeras captações e fossas sépticas deficitárias.

Contudo, a conclusão das obras associadas ao Plano de Investimento foi condicionada pelo forte desvio verificado entre os volumes de água faturada e os previstos no Concurso Público e,

consequentemente, no Contrato de Concessão. O desvio das receitas geradas pelo projeto levou a ADB a solicitar, em 10 de julho de 2009, o início das negociações com o Concedente tendentes à reposição do equilíbrio económico da Concessão, nos termos contratualmente previstos.

Dado que, no decurso do processo de negociação, não foi possível chegar a acordo com o Concedente, em 29 de junho de 2010, a ADB requereu a constituição de um Tribunal Arbitral, para decisão relativa à reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão.

O Tribunal Arbitral foi constituído em 22 de dezembro de 2010, sendo que a 18.01.2012 foi proferido, por unanimidade, o acórdão arbitral que condena o Município de Barcelos a pagar à ADB, a título de compensação financeira necessária à reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão, o seguinte:

- o valor necessário para repor o equilíbrio posto em causa pelos desvios de caudais dos anos de 2005 a 2009, ou seja, o montante de € 24.602.600,00 acrescido de juros de mora, à taxa legal, caso o pagamento não fosse feito até ao trânsito em julgado da presente decisão e

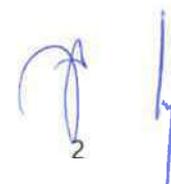
- uma compensação financeira anual entre 2010 e o termo do Contrato no valor anual de € 5.897.179, a preços de 2010, sendo cada prestação anual acrescida de juros de mora, à taxa legal, caso o seu pagamento não fosse feito até ao fim de cada ano em que se vencer.

A 14.02.2012 ocorreu o depósito do acórdão arbitral no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (TAC Lisboa).

Ao longo dos anos, foram desenvolvidas ações tendentes a uma negociação extrajudicial, mantendo-se nesta data as negociações entre as partes para a reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão e cessação dos litígios entre as partes.

Complementarmente à execução das obras previstas no Plano de Investimento da Concessionária, foram concretizadas diversas obras de remodelação de redes de água e saneamento, bem como investimentos na Telegestão das infraestruturas (controlo e gestão remota do sistema de abastecimento) e na implementação ferramentas operacionais, como o SIG - Sistema de Informação Geográfica, que permite, entre outras coisas, identificar cada componente da rede e fornecer a sua localização georreferenciada.

Não obstante os difíceis constrangimentos impostos pelo desequilíbrio contratual, o empenho da equipa da ADB e dos seus acionistas tem permitido manter níveis de serviço adequados, na prestação de serviços essenciais à população de Barcelos.



2

b. Atividades desenvolvidas em 2022

O ano de 2022 foi marcado pelo levantamento total das medidas extraordinárias que tinham sido impostas pela crise pandémica, mas também pelo aumento galopante da inflação e escassez de produtos, em parte resultante da mesma, mas também muito fruto do conflito entre a Rússia e a Ucrânia que, entretanto, eclodiu.

O ano foi ainda marcado pela redefinição da estratégia da Águas de Barcelos, resultante da integração do seu acionista maioritário no Grupo Indaqua, acompanhada de uma transformação de procedimentos e metodologias de trabalho. Destaca-se, pela sua função estrutural na Sociedade, a implementação de uma metodologia de gestão focada na tomada de decisões céleres e baseadas em informação computada a partir de dados fiáveis e recolhidos continuamente, suportada por um Balanced Scorecard.

Ao nível da eficiência operacional, foram desenvolvidas diversas ações com vista ao cumprimento de objetivos estratégicos como os de redução da água e água residual não faturadas, de otimização energética nas operações de elevação de águas residuais ou de aumento da eficiência do processo comercial, onde se destacaram a promoção da fatura eletrónica e da adesão ao débito direto.

Foram, também, realizadas intervenções de reabilitação de ativos horizontais e verticais com desempenhos inadequados, que visaram assegurar a preservação da qualidade de serviço que caracteriza a concessionária.

Por fim, mantiveram-se as ações de Educação Ambiental que permitiram levar conhecimento específico sobre preservação de um recurso escasso, como a água, a todos os agrupamentos escolares do Concelho.

Destacam-se, de seguida, as atividades mais relevantes desenvolvidas pela Concessionária durante o ano de 2022:

- Implementação de software de apoio à gestão – izwaterboard – que agrega mais de 2.000 variáveis e 400 indicadores e que assegura o permanente acompanhamento e análise de desempenho da Águas de Barcelos;
- Redução do tempo decorrido entre o pedido de ligação do município e a efetiva prestação do serviço ao novo cliente;
- Desenvolvimento de modelos matemáticos de simulação hidráulica da rede de distribuição de água;
- Requalificação de ativos horizontais, com incidências nas infraestruturas que apresentavam desempenhos inadequados, quer de abastecimento de água quer de saneamento;

- Redução dos níveis da água não faturada, tendo sido atingido um mínimo histórico de 11.4%, através do desenvolvimento de sistemas complementares de deteção de avarias e de apoio à definição de prioridades de intervenção, do aumento da fiabilidade de medição, entre outros;
- Implementação de um sistema de análise de caudais – izwaterflow – que permite a monitorização em tempo real dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, bem como a deteção de eventos que indiciem a existência de problemas;
- Ensaios de fumo para deteção de ligações indevidas das redes de drenagem de águas pluviais;
- Fomento de uma cultura de respeito pelos recursos naturais, através da racionalização de consumos, da adequada gestão dos resíduos e da prevenção da poluição, nomeadamente com a identificação e eliminação de ligações indevidas entre sistemas de águas pluviais e de águas residuais;
- Combate a consumos não autorizados de água, recorrendo nomeadamente a técnicas de videoscopia em ramais domiciliários, para deteção de ligações ilícitas ao sistema público;
- Promoção da saúde pública, com uma aproximação à Autoridade Concelhia de Saúde e um incremento das ações que visam a utilização, para consumo humano, da água da rede pública, em detrimento de origens particulares não controladas;
- Promoção de serviços online, através da fatura eletrónica e do débito direto;
- Manutenção das ações de educação ambiental junto das escolas e instituições, nomeadamente, através do projeto “Água Segura”, “Uso Sustentável da água” e “Poesia – Falar de Água com amor”;
- Potencialização do Sistema de Informação Geográfica no apoio às operações;
- Consolidação da utilização da ferramenta de gestão operacional e de mobilidade.

II. ATIVIDADE

Os sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais de Barcelos asseguraram, em 2022, acessibilidades físicas de 94,5% e de 75,5%, respetivamente. Com taxas de adesão às redes de 76,9% (abastecimento de água) e de 76,2% (águas residuais), foram desta forma disponibilizados serviços em 36.154 locais de consumo. Importa aqui referir que a diminuição, face a 2021, do indicador que reflete a taxa de adesão aos serviços, se deve à atualização do número de alojamentos do Concelho pelos censos 2021, valor utilizado na metodologia utilizada pelo Regulador.

Constituindo uma das obrigações da Concessionária a análise de projetos de obras particulares, e com o objetivo de melhorar a qualidade de serviço percebida pelos seus vários interlocutores, a Águas de Barcelos focou-se na melhoria dos seus prazos de resposta, definindo 20 dias como prazo máximo

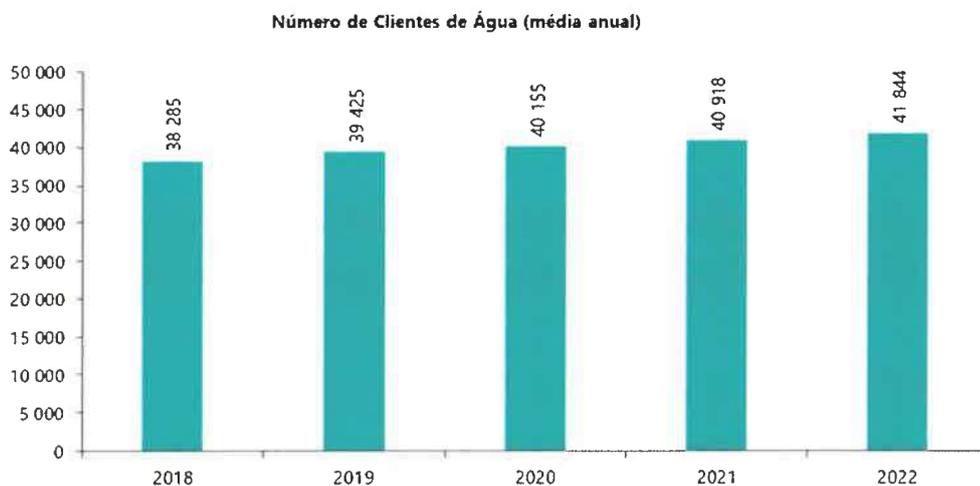


para o efeito. Permitiu este foco assegurar que todos os projetos submetidos à análise da Concessionária fossem, em 2022, devidamente analisados e respondidos no prazo definido, no que constitui uma melhoria relevante em relação aos anos anteriores e que beneficia diretamente os clientes e o desenvolvimento da atividade económico no Município.

a. Serviço de Abastecimento de Água

O Sistema de Abastecimento de Água ao Concelho de Barcelos integra 2 Zonas de Abastecimento. Um sistema que recebe a água proveniente do sistema “em alta”, fornecida pela empresa *AdN - Águas do Norte, SA*, a partir do qual é feita a distribuição por todas as freguesias do Concelho. A distribuição de água é assegurada por uma rede com uma extensão de 1.300 km.

Durante o ano de 2022, a Águas de Barcelos reforçou as suas ações de identificação e regularização de ilícitos associados ao incumprimento da obrigatoriedade de ligação à rede pública de abastecimento de água. Neste contexto, o número médio anual de contratos de abastecimento de água ativos registou, no período em análise, um crescimento de 2,3% (+926) face ao ano anterior, cifrando-se no final de 2022 em 41.844.



i. Consumos de Água faturados

No período em análise foi registado um nível de atividade de abastecimento de água de 4.034.776m³, que representa um aumento face a 2021 de 3,38% (+131.894 m³).

CONSUMOS DE ÁGUA FATURADOS	2022		2021		Varição
	m3	%	m3	%	%
Doméstico	3 069 363	76,07%	3 018 201	77,33%	1,70%
Comércio	509 161	12,62%	444 341	11,38%	14,59%
Estado/Administração	8 589	0,21%	7 190	0,18%	19,46%
Autarquias/Administração Local	258 332	6,40%	222 964	5,71%	15,86%
Instituições	132 290	3,28%	168 371	4,31%	-21,43%
Lig. Provisória	32 462	0,80%	26 511	0,68%	22,45%
Água avulso	23 264	0,58%	15 304	0,39%	52,01%
Consumos Próprios	1 315	0,03%	0	0,00%	0,00%
Água Faturada	4 034 776	100,00%	3 902 882	100,00%	3,38%

Como se verifica, o consumo doméstico, que representou 76,07% do volume de água faturada pela Águas de Barcelos, foi 1,70% superior ao registado em 2021, que se justifica pelo aumento de clientes e pela redução em 4% do número mensal de clientes sem consumo (7.222 em 2021 e 6.919 em 2022).

Já o consumo nos tarifários de comércio e indústria representou 12,62% do total, registando uma subida de 14,59% (+64.820m³) face a 2021, que resultou da retoma de atividade económica.

O consumo nos tarifários de Autarquia, Estado e Instituições de Utilidade Pública representou 9,9% do total, registando um aumento em relação a 2021 de 14,9% (+2.537m³), também pela normalização da atividade escolar, após encerramento dos estabelecimentos de ensino no primeiro trimestre de 2021.

As restantes categorias de consumidores representaram 1,40 % do total de água faturada.

Como pode ser constatado no gráfico abaixo, o volume de água faturada apresenta um aumento sustentado nos três últimos anos, suportado nas novas ligações à rede e na diminuição do número de clientes com consumo zero.



ii. Balanço da Água

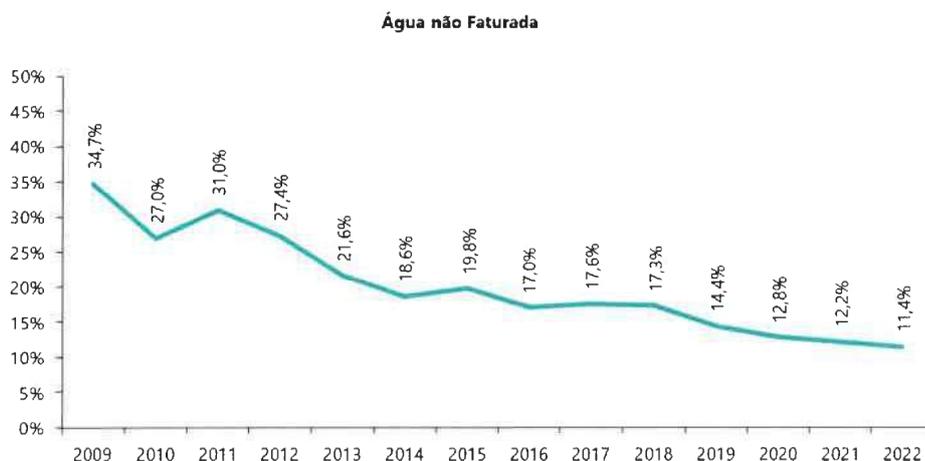
A redução da água não faturada manteve-se como um dos objetivos estratégicos da Águas de Barcelos ao longo do ano de 2022. Foram nesse âmbito implementadas, entre outras, ações de

modelação matemática dinâmica da rede de abastecimento de água, de redução e estabilização de pressões, de reforço da pesquisa ativa de fugas, de formação de equipas e de melhoria da eficácia comercial.

Foram aduzidos ao sistema 4.553.651m³ de água, mais 110.834m³ do que em 2021, sendo que o aumento registado se deveu à variação do nível de atividade, que originou um aumento de 3,38% (131.894 m³) no volume de água entrada no sistema. Tal foi parcialmente compensado pela diminuição de 3,90% (21.060 m³) no volume de água não faturada, que representou em 2022 apenas 11,4% da água entrada no sistema.

BALANÇO DA ÁGUA	2022	2021	Variação	
	m ³	m ³	m ³	%
Água Faturada	4 034 776	3 902 882	131 894	3,38%
Água faturada doméstico	3 069 363	3 018 201	51 162	1,70%
Água faturada não doméstico	965 413	884 681	80 732	9,13%
Água entrada no sistema	4 553 651	4 442 817	110 834	2,49%
Água captada	15 125	16 891	-1 766	-10,46%
Água Comprada	4 538 526	4 425 926	112 600	2,54%
Água não Faturada	518 875	539 935	-21 060	-3,90%
Água não Faturada (%)	11,39%	12,15%		-6,24%
Água Não Faturada por extensão - últ 12 (m ³ /km/ano)	398	416	-19	-4,53%

No gráfico seguinte é ilustrada a evolução da percentagem de perdas de água desde o início da Concessão, que evidencia o resultado das ações implementadas ao nível da eficiência da gestão da rede de abastecimento e que colocam hoje o Município de Barcelos com níveis de eficiência de referência no Setor.



iii. Qualidade da Água

A Águas de Barcelos manteve em 2022 os padrões de qualidade de água que caracterizam o seu serviço, com um indicador de água segura de 99,91%, que evidencia o cumprimento do Plano de Controlo de Qualidade implementado de acordo com o Decreto-Lei nº 306/2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, bem como a conformidade generalizada das análises realizadas.

O resumo das análises efetuadas ao longo do ano é apresentado no quadro seguinte.

QUALIDADE DA ÁGUA	2022	2021	Variação
AA - Conformidade de análises à água tratada	1 033	1 109	-6,85%
AA - Análises realizadas à qualidade da água tratada	1 034	1 110	-6,85%
Água Segura (%)	99,90%	99,91%	-0,01%

Foi no período detetada 1 situação de incumprimento, numa amostra colhida na torneira do consumidor. No seguimento das investigações realizadas, o incumprimento não foi relacionado com a rede pública de abastecimento de água.



De referir ainda que a Águas de Barcelos tem sido distinguida pela ERSAR com o selo de qualidade exemplar de água para consumo humano nos últimos anos e 2022 não foi exceção.

b. Serviço de Saneamento

O sistema "em alta" gerido pela Águas de Barcelos é composto por uma grande ETAR situada em Vila Frescainha S. Pedro, 6 ETAR compactas e 76 estações elevatórias que conduzem todo o afluente drenado ao longo de uma extensão de 770km.



No que respeita à rede de drenagem, durante 2022 manteve-se o foco na identificação e regularização de ligações indevidas de águas pluviais à rede pública de águas residuais, atualmente considerado um complexo problema de funcionamento do sistema de saneamento básico do Concelho. Manteve-se,

para o efeito, o reforço dos trabalhos de injeção de fumo na rede pública de águas residuais, intervenção esta que se irá manter em 2023

Neste âmbito, foram identificadas 3.009 suspeitas de ligação indevida, das quais não se confirmaram apenas 536, tendo sido já corrigidas 1.038 pelos utilizadores do sistema.

Prosseguiu-se com os trabalhos de requalificação e remodelação de caixas de visita e de intercetores e manteve-se também a sensorização da rede de drenagem para medição de nível e caudal e subsequente definição de prioridades de intervenção, bem como o reforço da instrumentação das principais estações elevatórias.

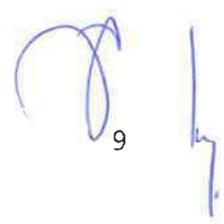
i. Balanço do Saneamento

A rede de drenagem de águas residuais operada pela Águas de Barcelos mantém a sua sensibilidade ao fenómeno da precipitação, a qual se torna evidente nos dias de fortes chuvas que assolam o Norte do País e que originam expressivos aumentos de volumes de águas residuais entregues para tratamento. O ano 2022 é evidência disso, dado que as fortes chuvadas verificadas no último trimestre do ano tiveram como consequência o aumento do valor de Água Residual Não Faturada face a 2021.

BALANÇO DO SANEAMENTO	2022	2021	Variação	
	m3	m3	m3	%
AR Fat. - Total - Acum.	6 001 005	6 567 294	-566 289	-8,62%
AR Entregue para Tratamen	8 268 719	8 476 960	-208 241	-2,46%
Volume Entregue Autorizado	6 001 005	6 567 294	-566 289	-8,62%
Afluências Indevidas	2 267 714	1 909 666	358 048	18,75%
Água Residual não Faturada (ARD) (%)	27,4%	22,5%		21,74%
Afluências Indevidas Reais (mét. Simples) p	4 884	5 156	-272	-5,28%

No gráfico abaixo podemos avaliar a evolução do indicador Água Residual Não Faturada calculado pela média dos últimos 4 anos, indicador que tem como objetivo anular o efeito da variação de anual da pluviosidade na medição da performance em termos de controlo de Afluências Indevidas.

A sua análise permite-nos perceber que, mesmo com um aumento da pluviosidade anual (2021 e 2022), o indicador mantém uma tendência de redução que indicia uma melhoria global de performance ao longo dos últimos anos.

ii. Qualidade da água residual

Durante o ano de 2022, o controlo operacional realizado permitiu assegurar o cumprimento generalizado do Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH) da ETAR de Barcelos, exceto no que respeita a azoto total e fósforo total. Estes parâmetros foram impostos pela Agência Portuguesa do Ambiente na última renovação do TURH, não estando, no entanto, a infraestrutura preparada para a sua remoção, situação que será avaliada com aquela Agência no próximo ciclo de renovação.

Já no que respeita às ETAR compactas, infraestruturas de tratamento precárias e com limitações operacionais, foi no decurso de 2022 definido o plano para a sua desativação, que dependerá de um investimento significativo para colocação em funcionamento da ETAR de Areias de Vilar.

c. Intervenções operacionais

Do ponto de vista operacional, o desafio enfrentado ao longo do ano foi o da garantia da qualidade e ininterruptibilidade dos serviços de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais. O quadro que se segue resume as intervenções realizadas durante o ano de 2022.

INTERVENÇÕES OPERACIONAIS	2022	2021	2022 Mensal			Variação	
			Máximo	Mínimo	Média	%	
Água							
Contadores de Água	6 040	4 659	-	-	503	29,64%	
Contadores para Novos Clientes	1 393	1 142	146	73	116	21,98%	
Contadores para Clientes Substituídos	4 259	3 189	634	5	355	33,55%	
Contadores de Clientes Retirados	388	328	54	16	32	18,29%	
Abastecimento de Água	1 883	401	-	-	157	369,58%	
Número de Cortes Realizados	630	135	109	0	53	366,67%	
Número de Religações	1 253	266	186	12	104	371,05%	
Ramais de Água	477	388	-	-	40	22,94%	
Ramais Água - Novos/Ampliação	389	355	45	5	32	9,58%	
Ramais Água - Remodelação	88	33	55	0	7	166,67%	
Intervenções na Rede de Água	876	751	-	-	73	16,64%	
Roturas na rede Água	188	164	28	8	16	14,63%	
Roturas em ramais Água	630	515	69	37	53	22,33%	
Rebentamentos (Externo)	58	72	4	4	5	-19,44%	
Saneamento							
Ramais de Saneamento	263	276	-	-	22	-4,71%	
Ramais Saneamento - Ampliação	223	272	33	4	19	-18,01%	
Ramais Saneamento - Remodelação	40	4	30	0	3	900,00%	
Intervenções na Rede de Colectores	496	446	-	-	41	11,21%	
AR - Obstruções em colectores	496	446	50	27	41	11,21%	
AR - Colapsos estruturais em colectores	0	0	0	0	0	0,00%	

Evidenciou-se, em relação a 2021, o aumento do número intervenções realizadas em contadores (29%), justificado pelo reforço da substituição de contadores por campanha.

Regista-se o aumento dos cortes de abastecimento por falta de pagamento (+366%), em resultado da sua retoma após suspensão temporária desta ação decretada pelo Governo Português em 2021.

No que respeita à reparação de roturas em condutas e ramais da rede de abastecimento de água, a média mensal foi de 73 intervenções, que representou um aumento de 16,64% em relação a 2021. Tal deve-se, essencialmente, ao aumento do número de fugas detetadas nos ramais.

Em relação à rede de águas residuais, destaca-se o aumento de 11% no número de intervenções em relação a 2021, apesar da consolidação dos esforços de manutenção preventiva da rede, de sensibilização dos utilizadores da rede para o seu adequado uso e de reabilitação de infraestruturas com maior incidência de obstruções.

d. Serviço ao cliente

A Águas de Barcelos manteve o balcão de atendimento ao público aberto na totalidade do ano, e o atendimento telefónico para comunicação de avarias manteve-se ativo 24h/ dia, nos 365 dias do ano.

As reclamações apresentadas ao longo do exercício de 2022 encontram-se resumidas no quadro seguinte:

RECLAMAÇÕES APRESENTADAS	2022	2021	Varição
Reclamações de Qualidade da Água (/1.000 Ramais)	0,11	0,16	-28,95%
Reclamações de Falha no Abastecimento (/1.000 Ramais)	0,07	0,11	-40,32%
Reclamações de Pressão (/1.000 Ramais)	0,36	0,40	-11,58%
Reclamações de Recolha de Águas Residuais (/1.000 Ramais)	2,20	0,78	182,38%
Reclamações relativas à Faturacao (/1.000 Clientes)	2,39	7,41	-67,79%
Outros Motivos (/1.000 Clientes)	0,69	1,10	-37,11%
Resposta a reclamações escritas (Geral) (10 dias úteis) - Acum. Ano Indl	65%	43%	22,29%
Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação (Água)	100%	100%	0,00%
Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação (Saneamento)	100%	100%	0,00%

A análise ao número de reclamações e participações permite concluir que, com exceção das reclamações de recolha de águas residuais, existiu uma redução significativa do n.º de reclamações.

Destaca-se, desta análise, o cumprimento cabal dos prazos legais de resposta a reclamações dos clientes, bem como o crescimento da taxa de resposta no prazo de 10 dias úteis face ao ano anterior.

e. Faturação e cobrança

Em 2022 foram definidos objetivos estratégicos que visaram especificamente o aumento da eficácia de cobrança e a eficiência dos processos comerciais da Águas de Barcelos. Entre esses objetivos encontra-se o de aumento da taxa de adesão à fatura eletrónica que visa, simultaneamente, prestar aos clientes um serviço mais cómodo e ajustado às novas tecnologias e, por outro, reduzir o impacto ambiental e os gastos com a emissão das faturas e a sua distribuição. Os resultados obtidos são evidenciados na tabela abaixo.

Faturação	2022	2021	Variação
Taxa de Adesão à Fatura Eletrónica (%)	30,3%	12,4%	144,69%

Releva-se na análise destes dados o sucesso obtido com as campanhas de adesão promovidas ao longo do ano, tanto nos contactos telefónicos realizados, como no decurso da celebração de novos contratos.

Foi também sistematizada a monitorização dos processos de fiscalização, cujos resultados são detalhados na tabela seguinte.

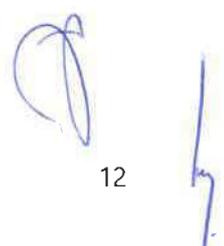
Ilícitos	2022	2021	Variação
Ligação Ilícita Tubo Funcional Nicho (c/ ou s/ adult de selo)	1	0	0,00%
Ligação Ilícita de Água - Derivação no Ramal ou Conduta	8	2	300,00%
Adulteração/Roubo Contador/Selos	1	0	0,00%
Violação de Corte	9	0	0,00%
Incumprimento Obrigatoriedade Ligação Água	0	2	-100,00%
Incumprimento Obrigatoriedade Ligação Saneamento	3	1	200,00%
Ligação de Águas Pluviais à rede de Saneamento	246	479	-48,64%
Ligação Ilícita à rede de Saneamento	969	815	18,90%
Ilícitos Detectados	1 237	1 307	-5%

Destaca-se o trabalho iniciado ainda em 2018 de deteção e eliminação de ligações cruzadas entre a rede de águas residuais e a rede de águas pluviais. Tal ação, que tem como propósito a melhoria de funcionamento das infraestruturas públicas de drenagem e, como objetivo último, a proteção de bens e a melhoria da qualidade das linhas de água, manteve-se em curso ao longo do ano de 2022.

A análise aos indicadores de desempenho de 2022 relativos ao processo de gestão das suspensões de serviço por falta de pagamento e a sua comparação com o ano anterior, permite verificar aumentos relevantes no n.º de avisos de interrupção do fornecimento e na taxa de emissão de ordens de interrupção pela suspensão da execução dos cortes já referenciada.

Suspensão Fornecimento	2022	2021	Variação
Avisos de Interrupção do Fornecimento	13 982	9 405	48.67%
Taxa de Emissão de Ordens Interrupção (%)	7.1%	2.1%	238.38%
Taxa de Suspensões efetivadas (%)	63.9%	68.9%	-7.23%
Cobrança após Suspensão do Fornecimento (%)	92.7%	93.3%	-0.68%

Quanto às injunções cobradas e com força executiva, os valores apresentados espelham a situação à data de produção do presente documento, pelo que serão revistos em alta à medida que concluídos os processos em curso.



Injunções	2022	2021	Variação
Injunções Intentadas	468	900	-48.00%
Injunções Cobradas (%)	60%	67%	-10.04%
Injunções com Força Executiva (%)	19%	16%	21.22%

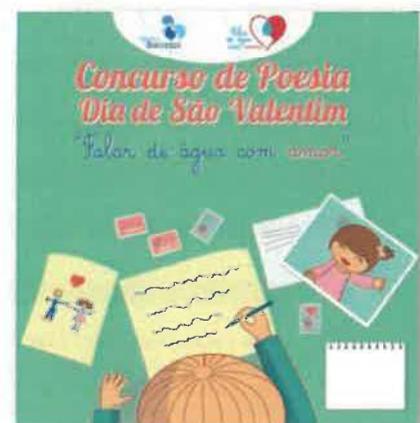
F. Educação Ambiental

Ao longo de 2022 foi dado seguimento ao Projeto **Educativo “Água Segura”**, iniciado no ano letivo de 2013/2014, visa sensibilizar os alunos matriculados do 4.º ano para a importância do consumo de água com qualidade na promoção da Saúde e do tratamento das águas residuais na proteção dos recursos hídricos. No ano letivo de 2021/2022, este projeto abrangeu 1.009 alunos do Ensino Básico, incluindo já 198 alunos do 3.º ano a pedido do Agrupamento de Escolas Vale do Tamel, abrangendo 100% dos agrupamentos escolares do Concelho de Barcelos.

Enquadrado no âmbito da disciplina obrigatória de Cidadania e Desenvolvimento, o projeto educativo **“Uso Sustentável da Água”**, destinado aos alunos do 2.º ciclo do ensino básico, iniciado no ano letivo de 2018/2019, visa promover um conjunto de comportamentos assertivos, relativos ao uso da água para a promoção da saúde, proteção das reservas de água e o combate ao seu desperdício. Durante o ano letivo de 2021/2022 participaram cerca de 1 450 alunos.

Com o objetivo de fomentar, junto dos mais jovens o gosto pela escrita e pela leitura, a Água de Barcelos desafiou, pelo terceiro ano consecutivo, os alunos do 3.º e 4.º ano do Ensino Básico, a assinalarem o Dia de São Valentim com um poema recheado de sentido. **O Concurso de Poesia sob o tema «Falar de Água com Amor»** abrangeu as escolas públicas do 1.º ciclo do ensino básico do concelho.

Apesar da situação pandémica ter limitado o n.º de participantes, neste 5.º ano de implementação do projeto, participaram 579 alunos.



Em período de pós-pandemia, em 2022, foram retomadas todas as atividades previstas de parceria com a Associação Amigos da Montanha, nomeadamente, Trilho dos Moinhos, Meia Maratona de Barcelos, Olá Primavera, Jogos do Rio, Galo Night Run, BTT 5 Cumes, Trail Curto Águas de Barcelos. Nestas iniciativas que envolveram mais de 11 000 munícipes foi disponibilizada água da rede pública a todos os participantes, com todas as vantagens associadas à sua excelente qualidade e ao reduzido impacto ambiental.

III. INVESTIMENTO

No ano de 2022, o investimento em infraestruturas da Águas de Barcelos focou-se em investimentos na área da eficiência operacional, designadamente na remodelação de ativos com desempenhos insatisfatórios, e instalação de equipamentos de monitorização da performance operacional da concessionária, das quais se destacam as seguintes:

- Obras em Reservatórios e Estações Elevatórias de Abastecimento de Água:
 - Reabilitação do Reservatório de Feitos;
- Intervenções em Redes de Abastecimento de Água:
 - Elaboração de projeto para análise do abastecimento da unidade UCPT de Paradela;
 - Aquisição caudalímetro para reservatório do Faial.
- Intervenções em Redes de Drenagem de Águas Residuais:
 - Ampliação da rede de drenagem de águas residuais na Av. Sidónio Pais, Barcelos, para eliminação de sistema unitário;
 - Remodelação da rede de drenagem de águas residuais na Rua Dr. Aníbal Araújo, Arcozelo;
 - Requalificação/substituição das caixas de visita do intercetor de Abade de Neiva;
 - Requalificação de caixas de visita e reparações pontuais no coletor do Complexo Rodoviário de Barcelos;
 - Remodelação da rede de saneamento da Rua da Fraternidade, em Tamel S. Veríssimo;
 - Aquisição de caudalímetro para medição efluente industrial;
 - Aquisição de caudalímetro para medição na rede de águas residuais.
- Obras na ETAR e em Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR):
 - Aquisição de bombas para estação elevatória de águas residuais Ribeira de Vila;
 - Substituição de bombas da estação EEAR Pena – Gamil;
 - Substituição do caudalímetro da ETAR Barcelos;
 - Conclusão do Estudo-Prévio Remodelação ETAR de Barcelos;
 - Conclusão do Estudo-Prévio para conclusão do sistema de drenagem de Areias de Vilar;
 - Instalação Comporta Mural – Klinger – na ETAR de Barcelos;
 - Reabilitação Quadro Elétrico EE Ribeira de Vila e Instalação de automação.

Regista-se ainda que a Concessionária promoveu investimento na execução de ramais domiciliários de abastecimento de água e ramais domiciliários de drenagem de águas residuais, em locais com rede existente, bem como na gestão de parque de contadores, que inclui a aquisição e substituição dos contadores, e em equipamento básico, administrativo e de transporte.

IV. RECURSOS HUMANOS

No final de 2022 a Águas de Barcelos era constituído por 51 colaboradores, dos quais 41 faziam parte do quadro da empresa, 5 encontravam-se em regime de cedência de interesse público, 1 encontrava-se a realizar estágio profissional e 4 encontravam-se vinculados por contratos a termo. Deste universo a antiguidade média era de 11,60 anos. A idade média dos colaboradores era de 45,72 anos representados por 17 elementos do sexo feminino e 34 do sexo masculino. Em termos de habilitações literárias, o Ensino Superior (Licenciatura/Mestrado) predominava com uma percentagem de 37%.

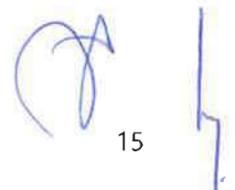
RECURSOS HUMANOS	2022	2021	Variação	
			Qtd.	%
Licenciatura ou superior	19	21	-2	- 10,53%
Bacharelato	0	0	0	0,00%
Ensino Secundário	9	9	0	0,00%
3.º Ciclo	13	10	3	23,08%
Ensino Preparatório	10	14	-4	- 40,00%
Sem Habilitações	0	0	0	0,00%
Total	51	54	-3	5,88%
Requisitados ao Município	5	6	-1	- 20,00%
Regime Geral	46	48	-2	- 4,35%

O absentismo em 2022 foi de 3,38% sendo que as causas principais foram Baixa Médica (1,37%), Acidente de trabalho (0,43%) e Licença de Maternidade (0,42%).

ABSENTISMO	Ausências	%
Baixa médica	173	1,37%
Acidente de Trabalho	55	0,43%
Licença de Maternidade	53	0,42%
Covid	52	0,41%
Luto	27	0,21%
Falta Injustificada	25,25	0,20%
Falta Justificada c/ desconto	23,63	0,19%
Assistência a filhos	11	0,09%
Falta Justificada s/ desconto	7,5	0,06%
Total de ausências	427,38	3.38%
Horas teóricas	233 806	

No âmbito do desenvolvimento das competências dos nossos colaboradores, a empresa investiu, durante o ano de 2022, cerca de 27.338€ em ações de formação com um volume total de 799 horas. O enfoque da formação recaiu sobre as seguintes áreas:

- Comportamental 236,5



• Enquadramento Organizacional	156,5
• Informática	140
• Primeiros Socorros	112
• Segurança	119
• Transportes	35

V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Fatores de risco

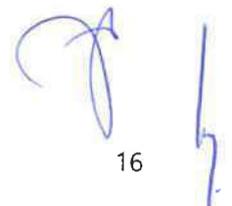
As atividades da Águas de Barcelos estão expostas aos seguintes fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. A Águas de Barcelos desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na *performance* financeira da Águas de Barcelos. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro, risco de crédito ou o uso de derivados. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados, estão integradas em operações de cobertura de risco dos contratos de financiamento das concessionárias.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas de Barcelos. A Águas de Barcelos está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é reduzido dadas as características do serviço público prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente da Administração Central ou local ou de cliente individual; ii) o prazo médio de recebimento; e iii) a condição financeira do cliente. Dada a dispersão de clientes, não é necessário considerar um ajustamento adicional de risco de crédito, para além da imparidade já registada nas contas a receber – clientes.



Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A Águas de Barcelos efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. É expectativa do Conselho de Administração que os fluxos de caixa operacionais previstos para o próximo ano sejam suficientes para suprir as necessidades de fundos desse período.

Risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro

O objetivo da Águas de Barcelos, em relação à gestão de fluxos de caixa associados à taxa de juro, foi conseguido através da contratação de um instrumento de cobertura de risco de taxa de juro, convertendo taxa variável em taxa fixa, previsto nos contratos de financiamento, que mitiga o risco de variabilidade das taxas de juro.

Situação económica e financeira da Empresa

No quadro abaixo apresentam-se os principais indicadores económicos e a sua variação face a 2021.

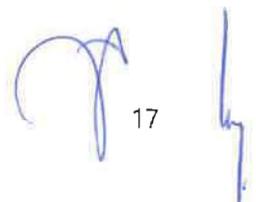
PRINCIPAIS INDICADORES	2022	2021	Variação
Volume de negócios	12 924	12 526	3.2%
Volume de negócios sem IFRIC 12	12 924	12 526	3.2%
Gastos Operacionais*	9 761	9 218	5.9%
EBITDA	3 064	3 481	-12.0%
Gastos de financiamento líquidos	1 469	1 516	-3.2%
Resultado líquido	-2 841	-2 277	24.7%
Autonomia financeira	-13.3%	-10.9%	21.8%

* sem amortizações, imparidades e outros gastos e perdas

O volume de negócios da empresa registou uma variação positiva de 3,2% (+398m€) face a 2021.

Os gastos operacionais registaram um crescimento de 5,9% (+543m€) face a 2021, em resultado do aumento generalizado de preços (Inflação), aumento de custo de energia.

Registou-se uma variação negativa do EBITDA face a 2021, que passou de 3 481 mil euros para 3 064 mil euros em 2022. Os gastos de financiamento líquidos totalizaram o montante de 1 469 mil euros, tendo decrescido em 3,2% face aos gastos de 2021.



O resultado antes de impostos foi de – 2 825 mil euros e o resultado líquido da empresa foi – 2 841 mil euros.

O rácio de autonomia financeira, considerado como a relação entre a soma dos capitais próprios e da dívida subordinada dos acionistas e o ativo líquido da empresa, foi de -13,3% em dezembro de 2022, com um ativo líquido de 76 223 mil euros, representando o ativo não corrente cerca de 86% do ativo líquido total.

VI. PERSPETIVAS E OBJETIVOS

Perspetiva-se para o ano de 2023 a consolidação e reforço das ações desenvolvidas ao longo de 2022 e centradas nos objetivos estratégicos já referenciados, de redução de gastos operacionais, de eficácia comercial e de melhoria contínua de processos.

A prestação de um serviço eficiente e com qualidade percebida pelos Barcelenses, será a base de alinhamento dos trabalhadores da Águas de Barcelos.

Do plano de atividades definido destacam-se como mais relevantes as seguintes ações:

- Concretização do acordo de reequilíbrio económico financeiro da concessão com o Município, com assinatura do terceiro Aditamento ao Contrato;
- Melhoria da saúde pública, garantindo processos de fiscalização que assegurem a utilização exclusiva da água da rede pública para consumo humano;
- Consolidação do trabalho realizado ao nível da redução água comprada, designadamente através da manutenção do esforço de pesquisa ativa de fugas e da estabilização de pressões;
- Consolidação das práticas de deteção e desincentivo aos consumos ilícitos de água;
- Reforço do processo de deteção e eliminação de afluências indevidas, através da realização de diversas ações, nomeadamente campanha de testes de fumo, inspeções visuais, inspeções vídeos, etc., com subseqüentes ações de notificação e vistoria de regularização;
- Melhoria da fiabilidade da micromedição, através da concretização do plano de substituição de um número significativo de contadores definido pela Águas de Barcelos;
- Otimização do processo de controlo da gestão da dívida de clientes;
- Internalização do processo de distribuição de faturas e início do processo de internalização de leituras;
- Monitorização contínua dos dados de atendimento telefónico, com implementação de novas funcionalidades e de medidas que permitam níveis de excelência junto do cliente;

- Otimização energética de infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- Reforço da aposta na transição energética, com a instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo em instalações da Águas de Barcelos;
- Tripla certificação pelas normas ISO 9001, 14001 e 45001 (Qualidade, Ambiente e Segurança);
- Certificação LAC – Líder no Atendimento ao Cliente.

VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício, negativo no montante de **EUR 2.841.029** sejam aplicados da seguinte forma:

- Transferência para a conta Resultados Transitados **EUR 2.841.029**

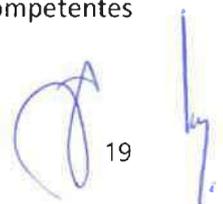
VIII. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

A 22 de março de 2023, foi assinado com o Município de Barcelos um acordo relativo à reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Barcelos que finda o conflito com o Município Concedente e estabelece novos termos para um relacionamento mais conciliatório entre as Partes, essencial à retoma da normalidade da concessão e à estabilização da Sociedade Concessionária com vista à prossecução do seu objeto social.

Os termos deste acordo materializam-se através das seguintes modalidades cumulativas:

- a) Prorrogação do prazo do Contrato de Concessão;
- b) Pagamento de compensação financeira à Concessionária;
- c) Revisão do Tarifário, com conseqüente aumento de receitas da Concessionária;
- d) Eliminação da obrigação de pagamento de retribuição à Concedente;
- e) Revisão do Plano de Investimentos a cargo da Concessionária;
- f) Criação de um Plano de Investimento Municipal;
- g) Alteração dos termos do exercício do direito de resgate.

A concretização do referido acordo aguarda ainda aprovação final das entidades competentes perspetivando-se a sua entrada em vigor no decorrer do ano de 2024.



19

Finalmente, agradecemos o apoio e a confiança dos nossos Clientes, Acionistas, Funcionários, Fornecedores e Instituições Financeiras e da Concedente.

Barcelos, 14 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração,



José Eduardo Medina de Moraes Barbot – Presidente



Luís Manuel Faria de Freitas Vasconcellos – Vogal

Gaspar Barbosa Borges – Vogal

IX. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Anexo I – Publicidade de Participações dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização na sociedade

(nº 5 do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais)

No período a que se refere o relatório, os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, não eram titulares, nem fizeram qualquer aquisição, cessação ou oneração de ações da sociedade.

Anexo II – Publicidade de Participações de Acionistas

(nº 4 do Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Em conformidade com o referido artigo, damos publicidade que os acionistas titulares de ações nominativas representativas de pelo menos um décimo do capital da sociedade são:

PLAINWATER Serviços, SGPS, SA	45 %
HIDURBE – Serviços, S.A.	30 %
Alexandre Barbosa Borges, SA	24,9999 %



X. BALANÇO

ATIVO Assets	Notas	dez 2022	dez 2021
ATIVO NÃO CORRENTE (Non-current assets) :			
Ativos fixos tangíveis (Tangible fixed assets)	5	815 471	826 629
Ativos intangíveis (Intangible assets)	6	64 013 393	67 948 079
Ativos por impostos diferidos (Deferred taxes)	7	164 167	641 527
		64 993 030	69 416 235
ATIVO CORRENTE (Current assets) :			
Inventários (Inventories)	8	138 424	137 489
Clientes (Clients)	9	2 732 109	7 724 790
Adiantamentos a fornecedores (Advances to suppliers)	16	84 813	71 569
Estado e outros entes públicos (State public sector)	10	20 081	20 081
Outros créditos a receber (Other credits receivable)	11	4 496 761	33 828
Diferimentos (Deferred costs)	12	72 302	120 771
Caixa e depósitos bancários (Cash and bank deposits)	4	3 685 744	4 358 974
		11 230 235	12 467 503
		76 223 265	81 883 737
TOTAL DO ATIVO (Total assets)			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Shareholders' equity and liabilities			
	Notas	dez 2022	dez 2021
CAPITAL PRÓPRIO (Shareholders' equity) :			
Capital subscrito (Capital)	13	1 000 000	1 000 000
Outros instrumentos de capital próprio (Capital not issued)		5 834 997	5 834 997
Reservas legais (Legal reserves)	14	183 182	183 182
Resultados transitados (Returned earnings)	14	(27 116 056)	(24 838 651)
Ajustamentos em ativos financeiros (Adjustment in share capital)		(565 463)	(2 209 705)
		(20 663 340)	(20 030 176)
Resultado líquido do período (Net profit)		(2 841 029)	(2 277 405)
		(23 504 369)	(22 307 581)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO (Total shareholder's equity)			
PASSIVO (Liabilities) :			
PASSIVO NÃO CORRENTE (Non-current liabilities) :			
Provisões (Provisions)	26	24 000	-
Financiamentos obtidos (Long term loans)	15	18 234 184	32 504 592
Outras dívidas a pagar (Other creditors)	17	-	4 753 023
Outros passivos financeiros (Other financial liabilities)	7	729 630	2 851 232
		18 987 814	40 108 847
PASSIVO CORRENTE (Current liabilities) :			
Fornecedores (Suppliers)	16	12 415 993	14 549 826
Estado e outros entes públicos (State public sector)	10	164 008	180 349
Financiamentos obtidos (Short term loans)	15	19 288 443	3 453 298
Outras dívidas a pagar (Other creditors)	17	48 871 376	45 898 998
		80 739 820	64 082 472
		99 727 633	104 191 319
TOTAL DO PASSIVO (Total liabilities)			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO (Total shareholders' equity and liabilities)			
		76 223 265	81 883 737

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

XI. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS <i>Profit and Loss Account</i>	Notas	dez 2022	dez 2021
Vendas e serviços prestados (<i>Sales and services rendered</i>)	18	12 923 626	12 525 543
Subsídios à Exploração (<i>Operating subsidies</i>)		-	3 922
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (<i>Costs of goods sold and mat. consumed</i>)	8	(2 759 688)	(2 627 827)
Fornecimentos e serviços externos (<i>Supplies and services</i>)	19	(5 564 332)	(5 219 201)
Gastos com o pessoal (<i>Staff costs</i>)	20	(1 236 303)	(1 216 100)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) (<i>Accounts receivable impairment</i>)	9	(283 761)	33 241
Provisões (aumentos/reduções) (<i>Provisions</i>)	26	(24 000)	-
Outros rendimentos (<i>Other incomes</i>)	21	373 243	333 838
Outros gastos (<i>Other expenses</i>)	21	(364 757)	(352 676)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		3 064 028	3 480 740
Gastos/reversões de depreciação e de amortização (<i>Depreciations</i>)	5 e 6	(4 420 792)	(4 228 825)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(1 356 764)	(748 086)
Juros e rendimentos similares obtidos (<i>Interest and similar profits</i>)	22	17 245	28 009
Juros e gastos similares suportados (<i>Interest and similar losses</i>)	22 e 25	(1 485 881)	(1 544 469)
Resultado antes de impostos (Pre-tax-profits)		(2 825 401)	(2 264 545)
Imposto sobre o rendimento do período (<i>Taxation on profit</i>)	23	(15 628)	(12 860)
Resultado líquido do período (Net profit)		(2 841 029)	(2 277 405)
Resultado por ação básico (Basic earnings per share)		(2,84)	(2,28)

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

XII. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxos de Caixa Período findo em 31 de Dezembro 2022 (Montantes expressos em euros)

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
	Notas	Valor	Valor
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		14 287 050	13 622 003
Pagamentos a fornecedores		(8 648 140)	(8 034 116)
Pagamentos ao pessoal		(1 009 539)	(693 907)
Caixa gerada pelas operações		4 629 372	4 893 980
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		(502 585)	(708 214)
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		4 126 787	4 185 766
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(93 694)	(80 282)
Ativos intangíveis		(309 454)	(55 217)
		(403 148)	(135 499)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		(403 148)	(135 499)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3 139 181)	-
Juros e gastos similares		(1 257 688)	(1 214 202)
Outras operações de financiamento		-	(265 521)
		(4 396 869)	(1 479 724)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		(4 396 869)	(1 479 724)
Variação de caixa e seus equivalentes:		(673 230)	2 570 543
Caixa e seus equivalentes no início do período:	4	4 358 974	1 788 432
Caixa e seus equivalentes no fim do período:	4	3 685 744	4 358 974

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

XIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Ajustamentos em Ativos e Passivos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2021 (SNC)	13	1 000 000	5 834 997	183 182	(3 229 922)	(22 251 934)	(2 586 716)	(21 050 393)
Alterações no período								
Aplicação de resultados	14	-	-	-	-	(2 586 716)	2 586 716	-
Justo valor derivados cobertura de taxa de juro	14	-	-	-	1 020 217	-	-	1 020 217
		-	-	-	1 020 217	(2 586 716)	2 586 716	1 020 217
Resultado líquido do período	-						(2 277 405)	(2 277 405)
A 31 de Dezembro de 2021 (SNC)	14	1 000 000	5 834 997	183 182	(2 209 705)	(24 838 651)	(2 277 405)	(22 307 582)

	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Ajustamentos em Ativos e Passivos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2022 (SNC)	13	1 000 000	5 834 997	183 182	(2 209 705)	(24 838 651)	(2 277 405)	(22 307 582)
Alterações no período								
Aplicação de resultados	14	-	-	-	-	(2 277 405)	2 277 405	-
Justo valor derivados cobertura de taxa de juro		-	-	-	1 644 242	-	-	1 644 242
		-	-	-	1 644 242	(2 277 405)	2 277 405	1 644 242
Resultado líquido do período							(2 841 029)	(2 841 029)
A 31 de Dezembro de 2022 (SNC)	14	1 000 000	5 834 997	183 182	(565 463)	(27 116 056)	(2 841 029)	(23 504 369)

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

XIV. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

Este anexo da Águas de Barcelos, SA foi elaborado de acordo com as disposições mencionadas no Sistema de Normalização Contabilística, nomeadamente a divulgação das bases de preparação e políticas adotadas e divulgações exigidas pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As Notas que se seguem correspondem apenas às divulgações exigidas relativamente às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aplicáveis.

Salienta-se ainda que as Demonstrações Financeiras bem como os valores constantes neste anexo se encontram expressas em euros, arredondado de acordo com o método comum, ou seja, até 0,50 euros arredondados para baixo e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

Identificação da entidade

A sociedade foi constituída em 25 de Maio de 2004 com a denominação ADB – Águas de Barcelos, SA e tem a sua sede na Rua Rosa Ramalho N.º 9 A, Barcelos.

O seu objeto social consiste na Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Barcelos. Em 27 de Setembro de 2004 foi celebrado o Contrato de Concessão com a Câmara Municipal de Barcelos, sendo que iniciou a sua atividade de Exploração e Gestão dos serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Barcelos a 24 de Janeiro de 2005.

A atividade principal da Águas de Barcelos, SA é o fornecimento de água para consumo e a recolha e tratamento de águas residuais. A água aduzida é de origem externa (99,6%), adquirida à Águas do Norte, S.A., e de uma captação própria (0,4%). As águas residuais recolhidas são encaminhadas para tratamento nas ETAR para que sejam tratadas antes de serem devolvidas ao meio hídrico. Pelos serviços prestados, a empresa fatura mensalmente aos seus clientes uma tarifa de disponibilidade assim como tarifas volumétricas de água e saneamento, em função do consumo registado. A empresa presta ainda outros serviços, nomeadamente construção de ramais de ligação, retiradas de contador, vistorias, ampliações de rede.

O capital social da empresa é repartido da seguinte forma:

Acionista	% Participação	Número ações	Classe de ações
Plainwater Serviços, SGPS, SA	45.00%	450.000	Nominativas
Hidurbe – Gestão de Resíduos, SA	30.00%	300.000	Nominativas
Alexandre Barbosa Borges, SA	24.9999%	249.999	Nominativas
Gaspar Barbosa Borges	0,0001%	1	Nominativas

No final da concessão todas as Infraestruturas e instalações, incluindo edifícios e outras construções, serão transferidas para o Município.

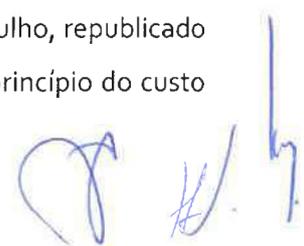
É da opinião da Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Águas de Barcelos, relativas ao período de 01/01/2022 a 31/12/2022 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31/12/2022, tendo as mesmas sido aprovadas pela Administração, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2022 (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho) foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.



As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As demonstrações financeiras evidenciam que o montante do capital próprio se encontra inferior a metade do capital social, pelo que está abrangido pelo artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

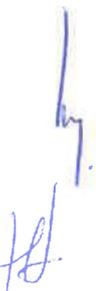
A empresa acumulou prejuízos na sequência de alterações unilaterais ao contrato de concessão impostas pelo município que culminaram num processo judicial já detalhadamente descrito neste relatório. No momento atual, o processo ainda não se encontra concluído pelo que não é ainda certa nem a forma, nem o momento, nem o valor atual da compensação a receber.

A empresa tem logrado manter a sua solvabilidade e baseado no seu plano de negócios para o período de vida da concessão, antevê-se que conseguirá manter a solvabilidade até ser alcançado o reequilíbrio do contrato de concessão. Assim sendo, não é necessário, no imediato, recorrer a nenhuma das medidas indicadas no número 3 do artigo 35 supra referido.

A Administração considera que a empresa tem capacidade de operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outro, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Face ao exposto, a Administração conclui que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considera adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Águas de Barcelos, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou



complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.

Pelo facto de não existir tratamento previsto nas NCRF para as concessões foi adotada supletivamente a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços que regula a forma de contabilização das infraestruturas afetas à concessão e que é caracterizado da seguinte forma:

Enquadramento

A IFRIC 12 – “Acordos de concessão de serviço” define os princípios a observar na contabilização dos contratos de concessão de serviço público, atendendo aos serviços a que a concessionária se obriga a prestar e ao controlo que exerce sobre os ativos da concessão.

No âmbito da IFRIC 12 estão os contratos de concessão de serviço que possuem as seguintes características:

- i) O objetivo do contrato é a prestação de um serviço público aos utilizadores em geral;
- ii) O contrato de concessão regula o tipo e a qualidade dos serviços a serem prestados pelo concessionário;
- iii) O concessionário é responsável pela conceção, desenho e construção / requalificação das infraestruturas necessárias à prestação do serviço público;
- iv) Os preços a praticar (tarifas) são aprovados pelo concedente;
- v) O concedente controla qualquer valor residual das infraestruturas independentemente de quem a construiu ou detêm a titularidade uma vez que (a) o concessionário não pode onerar, alienar ou ceder as infraestruturas da concessão e (b) no final da concessão, as infraestruturas da concessão reverterem para o concedente.

A IFRIC 12 proporciona orientação quanto ao tratamento contabilístico a adotar pelos concessionários de serviços públicos com as características acima identificadas. Quando a IFRIC 12 é aplicada, o concessionário não pode reconhecer nas suas demonstrações financeiras, como ativos fixos tangíveis, os ativos da concessão utilizados na prestação do serviço por não deter o controlo sobre os mesmos, embora retenha o risco de construção e de financiamento.

Dado que a construção/aquisição das infraestruturas da concessão não qualifica como investimento em ativos próprios do concessionário, em substância o concessionário presta um serviço de construção que terá de registar de acordo com a IFRS15 / NCRF 19 – Contratos de construção.

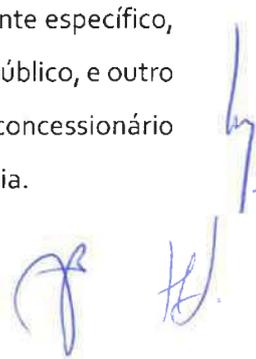
A aplicação deste normativo prevê o reconhecimento da totalidade dos gastos incorridos na prestação do serviço de construção/ requalificação das infraestruturas da concessão consoante a sua natureza, e o registo do justo valor do rédito da construção.

Uma vez que no caso das concessões este serviço está associado ao contrato de concessão que prevê a exploração subsequente das infraestruturas construídas/ adquiridas, é necessário determinar a contraprestação do rédito reconhecido.

A IFRIC 12 preconiza dois modelos de contabilização para os serviços de construção consoante os riscos e benefícios assumidos pelo concessionário:

- i) O modelo do ativo financeiro – se o concedente tem a responsabilidade de pagar ao concessionário pela prestação do serviço de construção ou se, embora a responsabilidade pelo pagamento do serviço público recaia sobre os seus utilizadores, o concedente tenha a responsabilidade de garantir um montante mínimo previamente definido;
- ii) O modelo do ativo intangível – se o concessionário tem direito a cobrar consoante a prestação do serviço público aos utilizadores (pagando o utilizador ou o concedente), os montantes despendidos constituem o custo da aquisição do direito de concessão.

O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção e o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O concessionário tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao concessionário que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de o concessionário assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência.



O concessionário deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar aos utilizadores pela prestação do serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

O concessionário deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com o serviço de operação da concessão de acordo com o IFRS 15 / NCRF 20 - Rédito.

Nos termos desta interpretação a Águas de Barcelos presta os dois tipos de serviços: o de construção, requalificação e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores, pelo que aplica os princípios da IFRIC 12.

Classificação da infraestrutura

A Águas de Barcelos classifica os montantes investidos na construção/ aquisição das infraestruturas dos sistemas que explora como ativos intangíveis – Direito de concessão, já que tem direito a cobrar consoante a prestação do serviço público aos utilizadores do serviço.

A formação do custo dos ativos intangíveis (direitos de concessão) compreende o custo de aquisição ou construção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de construção, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso, por permuta com os serviços de construção prestados.

A manutenção e conservação corrente das infraestruturas, são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem.

Amortizações

O ativo intangível, direito de concessão, é amortizado numa base sistemática por taxas baseadas em caudais ao longo da concessão.



Acréscimos de custos por responsabilidades contratuais

Os investimentos de substituição que não sejam por si só geradores de rédito, são tratados como responsabilidades, de acordo com o definido na NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, o que implica a constituição de uma provisão pelo período que medeia entre o investimento inicial e o investimento de substituição, devendo essa provisão ser registada pelo valor presente.

Atendendo às condições específicas da concessão, não se estimaram responsabilidades contratuais que não sejam por si próprias geradoras de rédito, facto pelo qual não foi constituído qualquer passivo para o efeito.

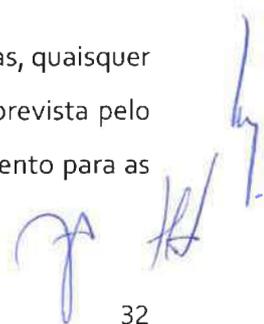
Rédito – serviços de construção

O IFRIC 12 considera que, em substância, a Concessionária constrói as infraestruturas e troca-as pelo direito inerente à concessão, aplicando-se assim o normativo do Rédito e dos Ativos Intangíveis, no que se relaciona com a troca de ativos diferentes. Em consequência destas disposições a Concessionária constrói as infraestruturas, vende-as ao Concedente e como pagamento recebe um direito de uso durante o período da concessão, estando reconhecido nos rendimentos e nos subcontratos os valores resultantes destas operações.

As obras efetuadas têm como objetivo prestar o serviço final aos consumidores, não tendo como base obter uma margem no serviço a prestar. Além disso, as Concessões normalmente iniciam a atividade com as infraestruturas municipais recebidas pelo que não existem períodos onde as Concessões não disponham de receitas. Tendo em conta que a construção é subcontratada e como tal já reflete o seu justo valor não é efetuado qualquer ajustamento relativamente a margens sobre a construção, além da imputação dos encargos financeiros e dos encargos de estrutura afetos aos projetos.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC. No entanto, conforme referido em 2.1, pelo facto de não haver nas NCRF tratamento para as Concessões, foi adotada supletivamente a IFRIC 12.



2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado (“*deemed cost*”) à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:



33

	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 24
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	6
Outros ativos tangíveis	4 - 10

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com as vidas úteis estimadas definidas acima, as quais se consideram razoáveis para compensar a sua desvalorização.

A amortização dos ativos fixos tangíveis tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base anual por duodécimos.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. Os ganhos ou perdas no abate ou alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorre o abate ou alienação.



3.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhes deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

a) Direito da Concessão:

A Águas de Barcelos é uma Concessão onde não está definido um rendimento garantido e o serviço é prestado diretamente ao consumidor final. Como no SNC não existe nenhuma norma para as concessões, de forma supletiva foram aplicadas as normas internacionais de contabilidade, sendo utilizado o IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços que regula a forma de contabilização das infraestruturas afetas à Concessão.

No âmbito desta norma são consideradas infraestruturas as redes, ramais, reservatórios, captações, ETAS's e ETAR's adquiridos/construídos pela Empresa. Estes ativos encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

A amortização destes ativos tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base anual e durante o período da Concessão, até 2035.

Foi integrado no Direito da Concessão, o valor atual das rendas da concessão a pagar anualmente ao Município da Barcelos, sendo o respetivo custo anual contabilizado, parte como amortização do ativo intangível e o diferencial como gasto financeiro.



35

b) Outros intangíveis:

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, sendo amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A vida útil estimada para os ativos intangíveis mais significativos é de 3 anos.

3.3. Imparidade de ativos

A Águas de Barcelos realiza testes de imparidade sempre que, em cada data de relato, eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas Demonstrações Financeiras possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo, deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.4 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização, sendo as saídas valorizadas pelo método do custo médio.

3.5 Ativos e passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos / pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, e que são os instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro, e que se referem a fixação de taxas de juro fixas de alguns empréstimos obtidos, estando contabilizados em "Ajustamentos em ativos financeiros".

As variações de justo valor são registadas nos capitais próprios, já que se refere a instrumentos financeiros derivados que qualificam como relação de cobertura de fluxos de caixa. Anualmente são efetuados testes de cobertura, sendo que a ineficácia é registada em conformidade.

Uma operação de cobertura é considerada eficaz se os resultados dos testes de eficácia realizados ao instrumento de cobertura se encontram dentro do intervalo 80% a 125%. A eficácia dos instrumentos de cobertura é, então, aferida através da realização de testes que procuram demonstrar a eficaz compensação de alterações nos *cash-flows* do instrumento de cobertura e do instrumento coberto por comparação com o justo valor de um instrumento de cobertura hipotético cuja eficácia da cobertura seria de 100%.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma

evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

O passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Estes ativos são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade.

a) Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante e que são imediatamente convertíveis em numerário, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

c) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

As comissões de montagem são diferidas pelo período do empréstimo e apresentadas ao custo amortizado, incluídas a deduzir na quantia escriturada dos financiamentos obtidos.

d) Fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros

Os saldos de fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros são registados ao custo.

e) Responsabilidade das rendas da concessão

Encontram-se registadas no Ativo (Ativos intangíveis) e no Passivo (Outras dívidas a pagar) o valor total das rendas a pagar ao município (previstas no contrato de concessão), descontadas para o valor presente. O valor registado no ativo é amortizado pelo período da concessão por quotas baseadas em caudais e o passivo é movimentado pelo custo amortizado da dívida.

As diferenças entre as rendas efetivamente pagas e as capitalizadas são registadas na conta outros juros suportados.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando



estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas Demonstrações Financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor, ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não são reconhecidas se: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.8 Locações

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

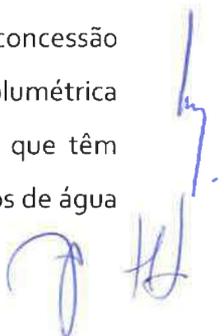
3.9 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.10 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais.

O rédito é reconhecido com base na aplicação do tarifário previsto no contrato de concessão outorgado com o Município de Barcelos, em que as tarifas recorrentes (tarifa fixa e tarifa volumétrica de abastecimento de água e de saneamento) são aplicadas mensalmente aos clientes que têm contrato com a Empresa, quer em função do número de dias, quer em função dos consumos de água



medidos ou estimados. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

3.11 Subsídios

Os rendimentos relacionados com a venda de ramais de ligação a clientes são tratados como subsídio ao investimento, sendo o rendimento reconhecido ao longo do período da Concessão, ao ritmo a que é reconhecida a amortização do direito da Concessão (custo do ramal).

3.12 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, determinados de acordo com o método do juro efetivo, são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos.

3.13 Principais estimativas e julgamentos apresentados e fontes de incerteza associadas a estimativas

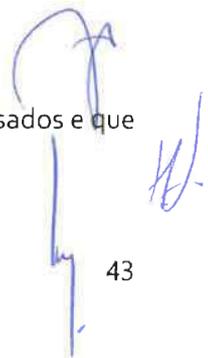
As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.13.1 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.



A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

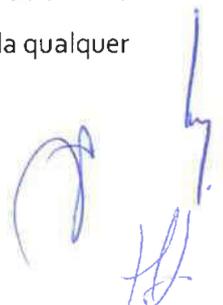
Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

3.13.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

A imparidade para contas a receber é calculada essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem do tipo de clientes, não sendo registada qualquer imparidade para as dívidas de entidades estatais.

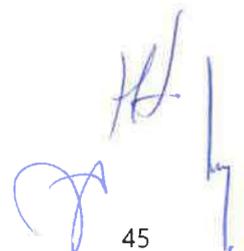


3.13.4 Determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados

Na valorização de instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa são utilizados técnicas de valorização assentes no método de fluxos de caixa descontados. A determinação do justo valor destes instrumentos é geralmente efetuada pelas entidades com as quais os mesmos foram contratados (contrapartes). O Conselho de Administração reconhece competências e objetividade às contrapartes. A Empresa tem ainda acesso aos principais pressupostos e metodologias utilizados na determinação do justo valor desses instrumentos, os quais considera adequados.

3.13.5 Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais da Empresa. Os advogados/consultores legais possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permite fazer face à incerteza inerente ao desfecho de processos desta natureza.



4 Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa é o seguinte:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Caixa	6 554	6 480
Depósitos bancários	3 679 190	4 352 494
Caixa e equivalentes de caixa	<u>3 685 744</u>	<u>4 358 974</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa é como segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Numerário		
- Caixa	6 554	6 480
	6 554	6 480
Depósitos Bancários		
- Depósitos à ordem	3 679 190	4 352 494
	3 679 190	4 352 494
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u>3 685 744</u>	<u>4 358 974</u>



5 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros	Total
1 de Janeiro 2021						
Custo de aquisição	194 336	1 595 352	259 405	423 774	229 328	2 702 195
Depreciações acumuladas	(12 893)	(1 084 330)	(252 212)	(354 847)	(195 406)	(1 899 688)
Valor líquido	181 443	511 022	7 193	68 927	33 922	802 507
31 de dezembro de 2021						
Adições	36 355	70 757	7 130	21 078	-	135 320
Depreciações - exercício	(4 967)	(61 069)	(2 655)	(30 509)	(12 000)	(111 199)
Valor líquido	31 388	9 688	4 475	(9 431)	(12 000)	24 121
31 de dezembro de 2021						
Custo de aquisição	230 691	1 666 109	266 535	444 852	229 328	2 837 516
Depreciações acumuladas	(17 860)	(1 145 399)	(254 867)	(385 356)	(207 406)	(2 010 887)
Valor líquido	212 831	520 710	11 668	59 496	21 922	826 629
1 de Janeiro 2022						
Custo de aquisição	230 691	1 666 109	266 535	444 852	229 328	2 837 516
Depreciações acumuladas	(17 860)	(1 145 399)	(254 867)	(385 356)	(207 406)	(2 010 887)
Valor líquido	212 831	520 710	11 668	59 496	21 922	826 629
31 de dezembro de 2022						
Adições	-	44 969	26 547	9 689	443	81 648
Transferências de inventário	-	125 413	-	-	-	125 413
Alienações e abates	-	(64 427)	-	-	-	(64 427)
Depreciações - exercício	(4 859)	(170 303)	(4 570)	(28 522)	(9 964)	(218 219)
Depreciações - alienações e abates	-	64 427	-	-	-	64 427
Valor líquido	(4 859)	79	21 977	(18 833)	(9 521)	(11 158)
31 de dezembro de 2022						
Custo de aquisição	230 691	1 772 064	293 082	454 541	229 771	2 980 149
Depreciações acumuladas	(22 719)	(1 251 275)	(259 437)	(413 878)	(217 370)	(2 164 680)
Valor líquido	207 972	520 789	33 645	40 663	12 401	815 471

Não existem indícios de perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2022, pelo que não foram efetuados testes de imparidade conforme previsto na NCRF 12.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

O equipamento básico refere-se, na sua maioria, a contadores de medição de consumos de água (ver nota 8). Os edifícios e outras construções referem-se maioritariamente ao edifício sede e ao armazém da concessão, os quais reverterem para o Concedente no final do período da concessão.

6 Ativos Intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se essencialmente aos valores das infraestruturas reconhecidos como Direito da Concessão. Estas infraestruturas são revertíveis para o Município no final da concessão.

A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Programas de Computador	Outros Ativos Intangíveis	Direito da Concessão	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro 2021					
Custo de aquisição	18 169	5 070	85 219 715	22 737 243	107 980 197
Depreciações acumuladas	(17 980)	(2 970)	(36 216 450)	-	(36 237 400)
Valor líquido	189	2 100	49 003 265	22 737 243	71 742 797
31 de dezembro de 2021					
Adições	-	-	205 769	17 467	223 236
Depreciações - exercício	(123)	(150)	(4 017 681)	-	(4 017 954)
Valor líquido	(123)	(150)	(3 811 912)	17 467	(3 794 718)
31 de dezembro de 2021					
Custo de aquisição	18 169	5 070	85 425 484	22 754 710	108 203 433
Depreciações acumuladas	(18 103)	(3 120)	(40 234 131)	-	(40 255 354)
Valor líquido	66	1 950	45 191 353	22 754 710	67 948 079
	Programas de Computador	Outros Ativos Intangíveis	Direito da Concessão	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro 2022					
Custo de aquisição	18.169	5.070	85.425.484	22.754.710	108.203.433
Depreciações acumuladas	(18.103)	(3.120)	(40.234.131)	-	(40.255.354)
Valor líquido	66	1.950	45.191.353	22.754.710	67.948.079
31 de dezembro de 2022					
Adições	-	-	254.481	17.550	272.031
Transferências e abates	-	-	2.969.497	(2.969.497)	-
Depreciações - exercício	(66)	(150)	(4.202.358)	-	(4.202.574)
Outros	-	-	(2.543)	(1.601)	(4.144)
Valor líquido	(66)	(150)	(980.923)	(2.953.548)	(3.934.687)
31 de dezembro de 2022					
Custo de aquisição	18.169	5.070	88.646.919	19.801.162	108.471.320
Depreciações acumuladas	(18.169)	(3.270)	(44.436.489)	-	(44.457.928)
Valor líquido	-	1.800	44.210.430	19.801.162	64.013.393

O valor dos ativos intangíveis em curso, no montante de 19.801.162 Euros, relativos sobretudo à construção de redes e ramais estão dependentes da ligação à ETAR que se encontra no plano de investimentos a realizar pela Concedente. Estes ativos em curso estão totalmente operacionais faltando apenas a sua ligação à ETAR, que se prevê a sua conclusão no exercício findo a 31 de dezembro de 2028.

Não existem indícios de imparidade em 31 de dezembro de 2022, pelo que não foram efetuados testes de imparidade conforme previsto na NCRF 12.

Não existem ativos intangíveis adquiridos por meio de subsídios do governo.

Os ativos denominados como Direito de Concessão revertem no final do contrato de concessão para a Concedente a título não oneroso.

7 Ativos e passivos por Impostos Diferidos

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, e que são os instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro, Swaps de taxa de juro, e que se referem a fixação de taxas de juro fixas de empréstimo obtido. As variações de justo valor são registadas nos capitais próprios, já que se refere a instrumentos financeiros derivados que qualificam como relação de cobertura de fluxos de caixa. Os movimentos ocorridos nas diferenças temporárias e rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

	dez/22		dez/21		Variação
	Base	I. Diferido	Base	I. Diferido	
Ativos					
SWAP	729 630	164 167	2 851 232	641 527	(477 360)
	729 630	164 167	2 851 232	641 527	(477 360)



8 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Materiais	138 424	137 489
Total inventários	138 424	137 489

O custo dos inventários reconhecidos, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, como gasto e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 2.759.688 euros (em dezembro de 2021: 2.627.827 euros). Os custos das mercadorias referem-se essencialmente à aquisição de água em "alta".

	<u>dez/22</u>		<u>dez/21</u>	
	<u>Mercadorias</u>	<u>Mat. Primas</u>	<u>Mercadorias</u>	<u>Mat. Primas</u>
Existências iniciais	8 670	128 819	21 984	83 173
Compras	2 653 822	232 214	2 516 628	219 886
Transferência de existências/contadores	(125 413)	-	(76 355)	-
Existências finais	21 439	116 985	8 670	128 819
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 515 640	244 048	2 453 587	174 240

O valor das compras de mercadorias acima corresponde essencialmente a:

- Água adquirida para venda;
- Contadores.

Considera-se que não existe inventário de água, pelo que o valor relativo à sua compra se reflete com gasto do período.



9 Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	dez/22		dez/21	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Clientes c/c - grupo (nota 25)	38 101	38 101	66 503	66 503
Clientes c/c - outros	2 619 745	2 619 745	7 658 287	7 658 287
Clientes cobrança duvidosa	695 276	695 276	337 252	337 252
	<u>3 353 122</u>	<u>3 353 122</u>	<u>8 062 042</u>	<u>8 062 042</u>
Imparidade	(621 013)	(621 013)	(337 252)	(337 252)
Total Clientes	<u>2 732 109</u>	<u>2 732 109</u>	<u>7 724 790</u>	<u>7 724 790</u>

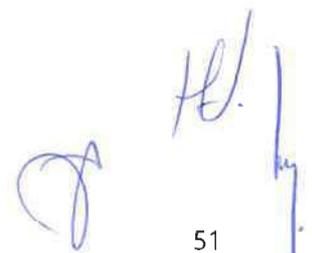
A variação da rubrica face ao exercício anterior deve-se ao facto de os montantes relacionados com o reconhecimento do proveito dos ramais no momento em que são disponibilizados para a exploração, que por motivos administrativos ainda não foram faturados (3.475.807,72 € e 3.640.016,45 €, em 2022 e 2021, respetivamente), e ao reconhecimento do proveito relativo à faturação dos serviços de água e saneamento do período de faturação de dezembro cuja emissão das faturas ocorreu apenas em janeiro de 2023 (1.001.111,02 € e 1.007.067,27 €, em 2022 e 2021, respetivamente), terem sido reclassificados para a rubrica "Outros créditos a receber" (Nota 11).

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	dez/22	dez/21
Início do período	337 252	370 493
Aumentos	283 761	20 918
Reversões	-	(54 159)
Final do período	<u>621 013</u>	<u>337 252</u>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

A utilização da imparidade deve-se, essencialmente, à constituição de dívida incobrável que se encontrava 100% provisionada.



10 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos com o Estado são os seguintes:

	dez/22		dez/21	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/rendimento - IRC	20 081	-	20 081	-
Imposto s/rendimento - IRS	-	(8 034)	-	(7 904)
Imposto s/valor acrescentado - IVA	-	(11 445)	-	(2 325)
Contribuições p/segurança social	-	(21 180)	-	(21 603)
Outros impostos	-	(123 349)	-	(148 516)
	20 081	(164 008)	20 081	(180 349)

Nos termos do nº 21 do DL 411/91 de 17/10, informa-se que em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Nos termos do DL 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores.

11 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber, é como segue:

	dez/22	dez/21
Outros devedores	3 452	1 810
Outros devedores - grupo (nota 25)	16 390	32 018
Devedores por acréscimos rendimentos	4 476 919	-
Outras créditos a receber	4 496 761	33 828

Na rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos" estão incluídos os montantes relacionados com o reconhecimento do proveito dos ramais no momento que são disponibilizados para a exploração, que por motivos administrativos ainda não foram faturados (3.475.807,72 €), e os associados ao reconhecimento do proveito relativo à faturação dos serviços de água e saneamento do período de faturação de dezembro cuja emissão das faturas ocorreu apenas em janeiro de 2023 (1.001.111,02 €).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Águas de Barcelos, tem registado na rubrica de diferimentos ativos os seguintes saldos:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Seguros	13 403	31 138
Garantias	-	34 763
Comissões	55 567	54 871
Outros Serviços	3 332	-
Gastos a reconhecer	<u>72 302</u>	<u>120 771</u>

13 Capital

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Águas de Barcelos, ascende a 1.000.000 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

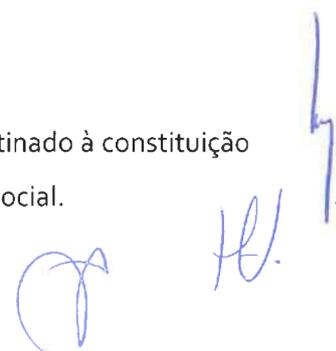
O capital social da empresa é repartido da seguinte forma:

Acionista	% Participação	Número ações	Classe de ações
Plainwater Serviços, SGPS, SA	45.00%	450.000	Nominativas
Hidurbe – Gestão de Resíduos, SA	30.00%	300.000	Nominativas
Alexandre Barbosa Borges, SA	24.9999%	249.999	Nominativas
Gaspar Barbosa Borges	0,0001%	1	Nominativas

14 Reservas, Resultados Transitados e Outras Variações no Capital Próprio

14.1 Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.



A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

14.2 Resultados Transitados

Por deliberação unânime por escrito, realizada em 13 de abril de 2023, foi decidida a aplicação do resultado líquido referente ao exercício de 2021 no valor de -2.277.405 euros, da seguinte forma:

2.277.405 euros para Resultados Transitados.

15 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período e maturidade, é como segue:

	dez/22		dez/21	
	Corrente (até 1 ano)	Entre 2 e 5 anos	Corrente (até 1 ano)	Entre 2 e 5 anos
Empréstimos bancários	(19 288 443)	-	(3 453 298)	(19 118 625)
Suprimentos Acionistas (nota 25)	-	(14 448 379)	-	(13 385 966)
Suprimentos Outros Mutuos (nota 25)	-	(3 785 805)	-	-
Financiamentos obtidos	(19 288 443)	(18 234 184)	(3 453 298)	(32 504 592)

A variação da rubrica face ao exercício anterior deve-se ao facto dos montantes associados aos Suprimentos com Acionistas e respetivos Juros terem sido reclassificados da rubrica "Outras dívidas a pagar" para a presente rubrica.

Adicionalmente, nos contratos de financiamento, o conjunto de covenants associados não estão a ser cumpridos facto pelo qual, todas as responsabilidades com instituições bancárias, foram classificadas como corrente.

16 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe da rubrica de fornecedores é como segue:

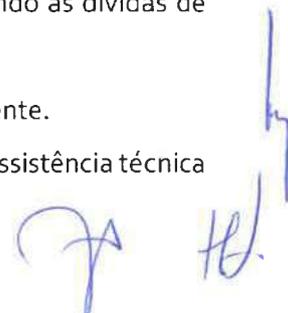
	dez/22	dez/21
Fornecedores		
Fornecedores - grupo (nota 25)	11 906 545	11 984 390
Fornecedores - terceiros	509 448	2 565 436
Total Fornecedores	12 415 993	14 549 826
Adiantamentos a fornecedores	84 813	71 569

17 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	dez/22	dez/21
Fornecedores investimentos		
Fornecedores gerais i)	3 077 328	3 089 700
Fornecedores - grupo ii) (nota 25)	30 755 659	29 551 801
Outros Credores		
Credores diversos iii)	9 061 050	8 989 754
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subs. de férias	138 333	140 994
Outros iv)	5 839 006	4 126 749
Outras dívidas a pagar	48 871 376	45 898 998

- i. Valor presente da totalidade a pagar a fornecedores de imobilizado, sendo as dívidas de maior dimensão pertencentes à SACYR SOMAGUE, S.A.
- ii. Valor presente da totalidade a pagar aos fornecedores de imobilizado, sendo as dívidas de maior dimensão pertencentes à Somague, Alexandre Barbosa Borges, ACE
- iii. Este saldo refere-se essencialmente ao valor pago por retribuição à concedente.
- iv. A rubrica "Outros" está relacionada com acréscimos para compra de água e assistência técnica prestada pelos acionistas.



18 Vendas e Serviços Prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Venda de Água	4 805 974	4 482 423
Prestação de Serviços	8 117 652	8 043 120
Vendas e prestações de serviços	<u>12 923 626</u>	<u>12 525 543</u>

19 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Subcontratos	3 520 872	3 268 676
Trabalhos especializados	779 657	765 007
Conservação e Reparação	125 636	116 963
Eletricidade	42 968	35 566
Seguros	61 497	55 197
Combustíveis	118 638	90 882
Rendas e alugueres	181 960	181 933
Outros	733 104	704 977
Fornecimentos e serviços externos	<u>5 564 332</u>	<u>5 219 201</u>

Relativamente aos Subcontratos. A rubrica de Subcontratos inclui essencialmente gastos relacionados com a limpeza do coletores e exploração da ETAR.

A rubrica "Trabalhos especializados" refere-se essencialmente aos serviços de assistência técnica, serviços de faturação e cobrança e serviço de gestão do sistema de informação.



20 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal foram como segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Remunerações		
Pessoal	930 589	906 126
Sub-total	930 589	906 126
Encargos Sociais		
Encargos sobre remunerações	260 409	249 434
Outros	45 305	60 539
Sub-total	305 714	309 973
Gastos com o pessoal	1 236 303	1 216 100

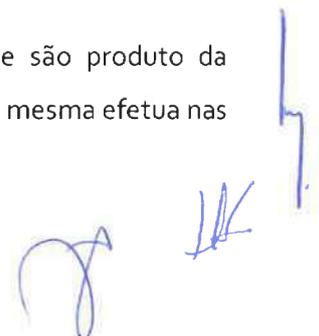
No final de 2022 a Águas de Barcelos era constituído por 51 colaboradores, dos quais 41 faziam parte do quadro da empresa, 5 encontravam-se em regime de cedência de interesse público, 1 encontrava-se a realizar estágio profissional e 4 encontravam-se vinculados por contratos a termo. Deste universo a antiguidade média era de 11,60 anos. A idade média dos colaboradores era de 45,72 anos representados por 17 elementos do sexo feminino e 34 do sexo masculino. Em termos de habilitações literárias, o Ensino Superior (Licenciatura/Mestrado) predominava com uma percentagem de 37%.

21 Outros rendimentos e outros gastos

O detalhe dos outros rendimentos e gastos é como se segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Outros Rendimentos		
Rendimentos Suplementares	365 390	304 375
Outros rendimentos	7 853	29 463
	373 243	333 838
Outros Gastos		
Impostos	24 399	17 317
Outros gastos	340 358	335 359
	364 757	352 676

Na rubrica de outros rendimentos, temos os rendimentos suplementares que são produto da faturação da Águas de Barcelos à Hidurbe, devido à operação e manutenção que a mesma efetua nas ETAR's geridas pelas Águas de Barcelos.



Na rubrica outros gastos encontram-se, essencialmente, as despesas da energia associada às ETAR's que a Água de Barcelos consome.

22 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Gastos financeiros		
Juros suportados - financiamentos	588 231	424 217
Juros suportados - derivados	797 462	1 054 175
Outros	100 189	66 077
	<u>1 485 881</u>	<u>1 544 469</u>
Rendimentos financeiros		
Outros	17 245	28 009
	<u>17 245</u>	<u>28 009</u>

O valor da rubrica "Juros suportados – financiamentos" resulta dos financiamentos obtidos (Nota 15).

23 Imposto sobre o rendimento do período

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022.

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações dos resultados é conforme segue:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Imposto s/rendimento corrente	(15 628)	(12 860)
Imposto sobre o rendimento	<u>(15 628)</u>	<u>(12 860)</u>



24 Garantias e Passivos Contingentes

Foram prestadas as seguintes garantias bancárias pela Empresa:

Entidade beneficiária	Objecto	Valor	Condições	Início	Validade
Concedente	Cobertura Contrato Concessão Perfurações das Vias Rodoviárias a cargo da Direcção de Estradas de Braga	3 000 000	0,025	20/09/2004	Final da Concessão
EP – Estradas de Portugal		250 000	0,025	23/08/2005	Sem prazo
IP - Infraestruturas de Portugal	Garantir boa execução de obras	2 970	0,015	25/01/2018	Sem prazo
IP - Infraestruturas de Portugal	Garantir boa execução de obras	5 520	0,015	25/01/2018	Sem prazo
IP - Infraestruturas de Portugal	Garantir boa execução de obras	2 025	0,015	25/01/2018	Sem prazo
IP - Infraestruturas de Portugal	Garantir boa execução de obras	2 970	0,015	05/02/2018	Sem prazo
IP - Infraestruturas de Portugal	Garantir boa execução de obras	1 110	0,015	26/02/2018	Sem prazo
IP - Infraestruturas de Portugal	Garantir boa execução de obras	3 360	0,015	26/02/2018	Sem prazo
IP - Infraestruturas de Portugal	Garantir boa execução de obras	2 970	0,015	06/12/2018	Sem prazo
IP - Infraestruturas de Portugal	Garantir boa execução de obras	2 970	0,015	06/12/2018	Sem prazo
IP - Infraestruturas de Portugal	Garantir boa execução de obras	1 320	0,015	06/06/2018	Sem prazo

25 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Águas de Barcelos é participada pela Plainwater que tem o 45%, Hidurbe- Serviços S.A. que tem 30%, Alexandra Barbosa Borges, S.A. 24,9999% e Gaspar Barbosa Borges 0,0001%; totalizando um 100%.

Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas: Prestações acessórias, empréstimos remunerados, débitos relativos à administração e outros custos da holding.

Outras Empresas do Grupo: essencialmente serviços de gestão de sistemas de informação, assistência técnica, serviços de faturação, cobrança e subcontratação.

(b) Transações

Durante os anos de 2022 e 2021, a Águas de Barcelos efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:



	dez/22				
	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos e ganhos	Outros gastos e perdas	FSE/ Custos com o pessoal	Gastos financiamento (nota)
Plainwater	-	-	2 430	212 746	200 848
Hidurbe	-	(299 922)	1 715	2 909 695	-
ABB	-	-	108	26 959	-
Indaqua	-	-	-	350	-
Total	-	(299 922)	4 253	3 149 750	200 848

	dez/21			
	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos e ganhos	FSE/ Custos com o pessoal	Gastos financiamento (nota 22)
Plainwater	-	-	7 798	161 736
Hidurbe	314 017	-	2 734 691	-
ABB	7 833	-	29 500	-
ABB - Imobiliária	164	-	101 524	-
AdPF	15 052	-	28 546	-
Adm	14 940	-	-	-
Total	352 006	-	2 902 059	161 736

Os fluxos entre partes relacionadas decorrem de transações comerciais efetuadas a preços de mercado.

(c) Saldos

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	dez/22			
	Outros instrumentos de capital próprio	Financiamentos obtidos (nota 15)	Fornecedores e Outras contas a pagar (nota 16 e 17)	Cilentes e Outras Contas a Receber (nota 9 e 11)
Plainwater	(2 625 750)	(14 691 536)	(3 816 072)	16 390
Hidurbe	(1 750 498)	-	(6 599 346)	33 581
ABB	(1 458 749)	(3 542 648)	(1 961 662)	4 519
ABB - Imobiliária	-	-	(835 792)	-
Somague, Alexandre Barbosa Borges, ACE	-	-	(28 729 333)	-
Ecobarcelos	-	-	(720 000)	-
Total	(5 834 997)	(18 234 184)	(42 662 204)	54 491

	dez/21			
	Outros instrumentos de capital próprio	Financiamentos obtidos (nota 15)	Fornecedores e Outras contas a pagar (nota 16 e 17)	Cilentes e Outras Contas a Receber (nota 9 e 11)
Plainwater	(2 625 750)	(10 905 731)	(7 202 072)	-
Hidurbe	(1 750 498)	(2 480 235)	(6 469 011)	62 040
ABB	(1 458 749)	-	(3 748 612)	4 412
ABB - Imobiliária	-	-	(835 792)	51
Somague, Alexandre Barbosa Borges, ACE	-	-	(28 729 333)	-
Ecobarcelos	-	-	(720 000)	-
AdPF	-	-	(2 337)	1 894
AdM	-	-	-	3 118
Total	(5 834 997)	(13 385 966)	(47 707 157)	71 515

26 Provisões

A empresa registou em 2022 uma provisão de 24.000€, relativa a um processo de coima aplicado pela Inspeção Geral da Agricultura e do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do território, o qual a empresa impugnou judicialmente e que à data, continua a aguardar decisão.

27 Eventos subsequentes

A 22 de março de 2023, foi assinado com o Município de Barcelos um acordo relativo à reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Barcelos que finda o conflito com o Município Concedente e estabelece novos termos para um relacionamento mais conciliatório entre as Partes, essencial à retoma da normalidade da concessão e à estabilização da Sociedade Concessionária com vista à prossecução do seu objeto social.

Os termos deste acordo materializam-se através das seguintes modalidades cumulativas:

- a) Prorrogação do prazo do Contrato de Concessão;
- b) Pagamento de compensação financeira à Concessionária
- c) Revisão do Tarifário;
- d) Eliminação da obrigação de pagamento de retribuição à Concedente;
- e) Revisão do Plano de Investimentos a cargo da Concessionária;
- f) Criação de Plano de Investimento Municipal;
- g) Alteração dos termos do exercício do direito de resgate.

A concretização do referido acordo aguarda ainda aprovação final das entidades competentes perspetivando-se a sua entrada em vigor no decorrer do ano de 2024.

Barcelos, 14 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado,



Hilário João Felgueiras Gonçalves Seara

O Conselho de Administração,



José Eduardo Medina De Morais Barbot
Presidente



Luis Manuel Faria de Freitas Vasconcellos
Vogal

Gaspar Barbosa Borges
Vogal

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da
ADB - Águas de Barcelos, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da ADB - Águas de Barcelos, S.A. (Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2022 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que inclui uma reserva e uma incerteza material relacionada com a continuidade.

Face ao exposto, somos de opinião que, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” e tendo em consideração o referido no parágrafo relacionado com a incerteza material relacionadas com a continuidade da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 14 de dezembro de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral, ROC
Registo na OROC n.º 1130
Registo na CMVM n.º 20160742



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501775311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ADB – Águas de Barcelos, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 76.223.265 euros e um total de capital próprio negativo de 23.504.369 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.841.029 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Base para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ADB – Águas de Barcelos, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Conforme referido no Relatório de Gestão e na Nota 27 do anexo às demonstrações financeiras, em 22 de março de 2023 a Entidade e o Município de Barcelos assinaram um acordo de reposição do equilíbrio económico e financeiro da concessão que visava entre outros aspetos, ressarcir a Entidade de eventos ocorridos em exercícios anteriores, parte dos quais não foram alvo de registo contabilístico, a extinção dos processos judiciais existentes entre as partes, a definição de um novo plano de investimento a efetuar pela Concessionárias, bem como a revisão do tarifário a aplicar nos próximos exercícios. A Entidade não calculou os impactos nas demonstrações financeiras anexas do referido acordo, facto pelo qual não nos é possível concluir quais os ajustamentos que seriam necessários efetuar nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13.º, 4150-146 Porto

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras acima mencionadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade, apesar de, em 31 de dezembro de 2022 esta apresentar capitais próprios negativos, situação que determina a aplicação do disposto nos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme referido na Nota 2.1 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração entende que o plano de negócios até ao final da concessão, que já foi alvo de acordo com o Concedente (Nota 27), demonstra o integral cumprimento das responsabilidades existentes em 31 de dezembro de 2022 bem como uma melhoria na rentabilidade da Concessão para os exercícios futuros. Consequentemente, a realização dos ativos e a liquidação dos passivos pelos prazos e montantes expressos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 dependem do sucesso futuro das operações e do consequente cumprimento do plano de negócios, bem como do apoio dos seus acionistas. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria

Outras matérias

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentadas para efeitos comparativos foram examinadas por outro Revisor Oficial de Contas cuja opinião, expressa na sua Certificação Legal das Contas datada de 29 de julho de 2022 incluía uma reserva não aplicável ao exercício de 2022.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 de dezembro de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral, ROC
Registo na OROC nº 1130
Registo na CMVM nº 20160742